

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ORDENS DO DIA**
 - 1.1 – Plenário
 - 1.2 – Comissões
- 2 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 3 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 5 – ERRATAS**

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/4/2017

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 148/2015, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao corregedor-geral de Polícia Civil pedido de informações sobre a conclusão da Sindicância Administrativa nº 216.488/2014, instaurada contra o delegado de Polícia Civil Vinícius da Costa Miguel, e sobre as providências adotadas quanto a comentários postados pelo delegado nas redes sociais a respeito da ação parlamentar do deputado Sargento Rodrigues no que tange aos agentes penitenciários contratados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.284/2015, da Comissão de Turismo, que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as expectativas de prosseguimento das obras da via de acesso ao aeroporto de Juiz de Fora, explicitando o cronograma de execução das obras e de repasses de recursos financeiros a esse município para fins de efetiva finalização das obras

do Hospital Regional de Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.317/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, que solicita seja encaminhado ao presidente da Codemig pedido de informações sobre o contrato celebrado com a Copasa Águas Minerais de Minas para concessão do envasamento de água mineral nos Municípios de Araxá, Caxambu, Cambuquira e Lambari, acompanhado de pedido de envio de cópias do referido contrato, do distrato que culminou no seu rompimento e do novo contrato temporário, celebrado com a mesma empresa e para a mesma finalidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.318/2015, do deputado Felipe Attiê, que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento pedido de informações que menciona sobre o Quadro de Pessoal do Estado em 2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.384/2015, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao diretor do Instituto de Criminalística de Belo Horizonte pedido de informações sobre os dados que demonstram a existência da demanda de convocação de excedentes ao cargo de perito criminal, objeto do concurso público da Polícia Civil de Minas Gerais cujo edital é de 2013. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.385/2015, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre a morte de Leonardo Diogo Pereira Pires, em consequência de descarga elétrica sofrida enquanto trabalhava em uma cerâmica na cidade de Araguari, conforme noticiado pelo vereador José Donizetti Luciano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.408/2015, da Comissão de Administração Pública, que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os impactos do atraso na votação do Projeto de Lei nº 1.660/2015; sobre a quantidade de agentes de segurança prisional e de agentes socioeducativos demitidos em razão da impossibilidade legal de prorrogação de seu contrato; e sobre as unidades que ficarão sem servidores e a quantidade de servidores que serão demitidos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.417/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o programa Mães de Minas relativas ao seu andamento, às diretrizes atuais e ao número de gestantes e crianças cadastradas e acompanhadas por meio de sua central de atendimento telefônico. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.419/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o total de recursos financeiros destinados à construção do hospital público regional da macrorregião de Divinópolis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.420/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o repasse de recursos financeiros ao Hospital São João de Deus, de Divinópolis, nos últimos oito anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.918/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, que requer seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre organograma de projeto a ser executado no Município de Jacutinga. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.330, que acrescenta o § 4º ao art. 15 da Lei nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.331, que acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.394, que acrescenta parágrafo único ao art. 64 da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.402, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.628/2015, do deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Sebastião da Bela Vista o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.962/2015, do deputado Douglas Melo, que obriga o fornecedor a disponibilizar ao consumidor o acesso a informações sobre empreendimentos imobiliários. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Desenvolvimento Econômico opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 13/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que proíbe os médicos dos hospitais da rede pública de saúde do Estado ou dos que recebam recursos públicos de recusar atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 4/4/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.770/2016, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.835/2016, do deputado Lafayette de Andrada; e 3.847/2016, do deputado Doutor Wilson Batista.

Requerimentos nºs 5.522, 5.530 a 5.535, 5.548 a 5.558, 5.560, 5.562, 5.573 a 5.580, 5.584 a 5.589, 5.604 a 5.607, 5.618 a 5.621 e 5.631 a 5.638/2016, do deputado Cabo Júlio; 6.572/2017, do deputado Antônio Jorge; 6.581, 6.600 e 6.602/2017, do deputado Anselmo José Domingos; 6.604, 6.605 e 6.616/2017, do deputado Sargento Rodrigues; e 6.625/2017, do deputado Noraldino Júnior.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 5/4/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 4/4/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 4/4/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 5.030/2016, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 5.944/2016, da Comissão Extraordinária do Idoso; 6.380/2017, do deputado Leonídio Bouças; 6.576, 6.578 e 6.580/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel; e 6.584, 6.585 e 6.603/2017, do deputado Anselmo José Domingos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 4/4/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 6.466/2017, do deputado Nozinho; 6.607 e 6.614/2017, do deputado Bosco; e 6.619 e 6.630/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 4/4/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.145/2015, do deputado Isauro Calais.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 4/4/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.136/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.801/2016, do deputado Antonio Carlos Arantes; e 3.839/2016, do deputado Ivair Nogueira.

Requerimentos nºs 6.014, 6.015, 6.016 e 6.017/2016, da Comissão de Participação Popular; 6.372/2017, do deputado João Vítor Xavier; e 6.434/2017, do deputado Anselmo José Domingos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.713/2016****Comissão de Esporte Lazer e Juventude****Relatório**

De autoria do deputado João Vítor Xavier, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a entidade Oficial Crianças, com sede no Município de Nova Lima.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a entidade Oficial Crianças, com sede no Município de Nova Lima, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão do desporto.

Na consecução desse propósito, a instituição promove atividades desportivas amadoras, sobretudo o futebol, e organiza eventos recreativos.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade em prol do desenvolvimento do desporto do Município de Nova Lima, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.713/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 31 de março de 2017.

Gustavo Corrêa, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.768/2016

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Relatório

De autoria do deputado Cássio Soares, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Sociedade Protetora dos Animais de Piumhi, com sede no Município de Piumhi.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, por ela apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.768/2016 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Sociedade Protetora dos Animais de Piumhi, com sede no Município de Piumhi.

De acordo com o estatuto, a entidade busca proteger todo e qualquer animal contra maus-tratos, crueldades, doenças, fome e abandono; prestar assistência veterinária a animais abandonados e sem assistência; promover campanhas de esterilização de machos e fêmeas.

Além disso, propõe-se manter grupos de resgate de animais vítimas de maus-tratos com orientação e, quando necessário, com acompanhamento jurídico; promover programas de educação, de difusão de conhecimento e de conscientização; participar de campanhas de defesa do meio ambiente.

Num momento em que a defesa e a proteção dos animais vêm ganhando mais adeptos na sociedade e vêm sendo amplamente discutidas nesta Casa, julgamos meritório conferir o título de utilidade pública a uma entidade que milita por essa causa.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.768/2016, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 31 de março de 2017.

Dilzon Melo, relator.

 PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 29/3/2017

O deputado Antonio Carlos Arantes* – Exmo. Sr. Presidente, nobres colegas e telespectadores da TV Assembleia, venho a esta Casa falar sobre a operação da Polícia Federal em relação a fraudes na carne brasileira. Sempre comento que tenho uma admiração muito grande pela Polícia Federal, e, com todo respeito, acho que ela tem feito tanto para moralizar este país que se tornou fundamental sua presença e seu trabalho. Inclusive, hoje, no Rio de Janeiro, ela fez uma grande operação com políticos e pessoas do Tribunal de Contas. Mas também vejo algumas falhas.

No caso da carne, a operação denominada Carne Fraca realmente foi uma ação perigosa, com efeitos negativos, difíceis de serem recuperados, colocando mais de mil policiais na rua, fazendo com que mais de quatro mil, quase cinco mil pontos onde se processam carnes neste país, entre pequenos, médios e grandes frigoríficos, fossem colocados pela mídia numa vala comum, como se todo mundo fosse bandido, como se todos estivessem fraudando a carne brasileira. E não é essa a realidade.

A conclusão a que se chegou por meio de laudos, um trabalho fortíssimo do presidente Michel Temer e do ministro Blairo Maggi, é que nas amostras de carne do Brasil não havia nada de fraude, nada de carne imprópria para o consumo. Isso correu o mundo e desmoralizou o produtor, o empresário, o trabalhador do setor da carne do Brasil. Uma pena! A forma sensacionalista como o delegado da Polícia Federal tratou esse assunto junto à mídia fez com o que o Brasil tivesse um reflexo negativo imediato e perdesse muito.

Estou aqui hoje com um jornal do agronegócio, o *Diário do Comércio*, que diz: “Preços pagos aos produtores recuam”. A matéria mostra que o frango e o porco, antes vendidos a R\$2,80, hoje estão sendo vendidos a R\$2,00 – uma perda considerável, gerando grandes prejuízos para os produtores. Podemos ver isso acontecer também nos grãos: “Setor de grãos também sofre seus impactos”. Porque para produzir carne precisamos de soja e de milho. No momento em que o Brasil precisa fortalecer sua balança comercial e fazer crescer seu PIB, pois é o pilar do agronegócio que mantém este país em pé, vemos ações erradas, de pessoas que não tiveram o profissionalismo necessário, jogando o Brasil para baixo, trincando o pilar do setor agropecuário.

Como disse, graças a Deus, as ações do Temer e do ministro Blairo Maggi conseguiram reverter grande parte das exportações. Ontem a China e alguns outros países voltaram a comprar a carne, mas vejo isso com muita preocupação, porque agora as barreiras vão aumentar, vão-se criar dificuldades e dúvidas sobre a qualidade. A verdade é que – e não temos dúvida – não só temos uma carne de boníssima qualidade como temos a melhor carne do mundo, inclusive com o preço mais competitivo do mundo.

Então realmente precisamos promover a carne forte, mostrar que a nossa carne é forte, que gera milhões de empregos e desenvolvimento neste país e que é fundamental para a promoção do crescimento, do número de empregos e do desenvolvimento das cidades, principalmente as do nosso estado, que dependem muito dela.

Gostaria também de agradecer aos nossos pares, que, mais uma vez, confiaram na presidência da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, e vamos trabalhar, vamos trabalhar muito para fazer esta comissão cada dia mais forte.

Já apresentamos as pautas principais e já aprovamos requerimentos para discutir a operação Carne Fraca e seus impactos negativos, mas podemos avançar e evoluir a partir do trabalho da nossa comissão.

Vamos continuar discutindo também a segurança no campo. Sempre discutimos esse tema, e, nos lugares aonde fomos, conseguimos melhorar muito a situação, como aconteceu em Nepomuceno, em São Sebastião do Paraíso e em Guaxupé, mas ainda temos muitos problemas. Os problemas estão espalhados em todo o Estado. Vemos, com tristeza, que o que acontece hoje com o produtor rural é uma rotina. Morar no campo hoje não significa mais tranquilidade, e, sim, muito medo de ser assaltado, de ser

agredido e de ser, inclusive, assassinado, como aconteceu, há poucos dias, na Cidade de Elói Mendes, onde o produtor José Caetano Pinto, de 66 anos, foi assassinado. Ele morava no campo e cuidava de sua propriedade, onde gerava riqueza para o povo brasileiro, para o povo mineiro, para o povo de Elói Mendes. Foi assassinado covardemente por dois jovens que ali estavam, provavelmente, à procura de dinheiro para comprar drogas ou até para cobrir outros gastos, e isso, normalmente, ocorre por meio do crime, infelizmente. A vida do Sr. José Caetano Pinto foi sacrificada, e não foi a única. Isso acontece direto no nosso Estado e no nosso Brasil, apesar de o Estado de Minas ter avançado muito.

Hoje uma cidade como Elói Mendes, uma cidade progressista, que gera emprego e desenvolvimento, não deve possuir nem 20 policiais no seu efetivo. Lá não há pessoal, e há pouco tempo não havia nem delegado. Há, inclusive, ladrões de gado roubando várias fazendas; há ladrões identificados dentro do Município de Elói Mendes que, até poucos dias, ainda não haviam sido presos. O próprio investigador havia sugerido a um produtor que, se ele suspeitasse de alguém, deveria ir à propriedade para identificar se realmente o gado roubado era dele, porque ele não tinha as mínimas condições de fazer aquela operação. Essa é a situação a que chegou o Estado mineiro, em razão do descaso com a segurança do povo trabalhador da cidade e do campo. É no campo que nasce a riqueza e é o campo que gera o progresso deste estado e deste país. Esse trabalhador hoje está abandonado, está ao deus-dará, está jogado à própria sorte, segurando-se na fé. É a única forma de eles se segurarem, já que não podem depender da segurança, apesar de termos bons policiais. Eles não são muitos, mas ainda há bons policiais na nossa região. Eles têm feito muito, apesar de suas dificuldades e de seus problemas. Pelo menos deveriam ter um governo que os apoiasse, que fizesse o mínimo, que disponibilizasse carros de qualidade. Para vocês terem uma ideia, hoje têm chegado viaturas usadas a algumas cidades, e as novas, só terceirizadas, mas sobra dinheiro para outras coisas.

Hoje uma pessoa veio me falar: “O BDMG colocou R\$50.000,00 para patrocinar movimentos nesta Casa”. Deputado Dalmo, que tristeza! Nunca, na história do povo mineiro, o BDMG havia colocado R\$50.000,00 para ajudar a promover movimentos neste Estado. O Estado chegou até a valorizar, a dar a medalha mais importante do Estado, a Medalha da Inconfidência, a João Pedro Stédile. Não há nada de novo, não há surpresa em bancar esses movimentos invasores em Minas Gerais, mas o dinheiro era público, deputado Sargento Rodrigues, era o dinheiro público que o BDMG tinha para financiar o produtor rural que estava sofrendo, que estava lá no campo, desamparado. No entanto, esse dinheiro foi destinado a financiar, de forma ilegal, no meu entendimento, esses movimentos.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – Deputado Arantes, quero cumprimentar V. Exa., que representa tão bem o Sul e o Sudoeste de Minas, suas bases eleitorais. Já tive a oportunidade de testemunhar o trabalho que realiza nos municípios que representa. V. Exa. é um deputado muito sério, equilibrado e acima de tudo comprometido com as causas que defende, principalmente o homem do campo, do agronegócio. Para nós, é um orgulho tê-lo no Plenário desta Casa, que V. Exa. representa com absoluta seriedade. No tocante à segurança, V. Exa. sempre aciona a Comissão de Segurança Pública. Eu e o deputado João Leite estivemos na sua região realizando audiência pública, o que é fundamental, em que pese alguns teimarem em restringir nossas ações. O atual governo quer porque quer de qualquer jeito a redução do número de audiências públicas nesta Casa. Ontem mesmo o deputado Dalmo fez uma intervenção no Colégio de Líderes porque o pessoal do Sul também está acionando-o constantemente. Vimos os requerimentos na comissão.

Quero dizer a V. Exa. que a nossa segurança pública está cada vez pior. Tanto eu como o deputado João Leite temos alertado sobre isso desde 2015. Se V. Exa. pedir agora à assessoria do bloco que levante os recursos que foram repassados da verba de custeio na rubrica investimentos para as duas polícias, ficará extremamente preocupado. Vai ficar mais preocupado ainda do que está agora.

Deputado Dalmo, na segunda-feira, o jornal *Estado de Minas* publicou os dados da Secretaria de Defesa Social. De 2012 até o presente momento, o número de roubos dobrou. Em 2012, ocorreram 23 mil roubos na modalidade de emprego de violência sob

grave ameaça, e, em 2016, esse número passou para 46 mil ocorrências, ou seja, dobrou. Quando analisamos isso mais detalhadamente, deputado Antonio Carlos Arantes, percebemos que, de 2015 a 2016, houve um crescimento maior no gráfico. Isso ocorreu porque, apenas do custeio da Polícia Militar, o governador Fernando Pimentel retirou R\$223.000.000,00 em 2015 e 2016. E, da rubrica investimentos da Polícia Civil, o que era R\$33.000.000,00 em 2014 fechou em R\$1.800.000,00 em 2016, ou seja, mais de R\$30.000.000,00 foram retirados. A tendência é piorar cada vez mais.

Eu estive agora no Norte de Minas, e um dos oficiais da Polícia Militar – não posso citar o nome, senão é perseguido – me disse: “Deputado, trabalhei no ano passado com R\$210.000,00 de custeio na minha companhia. Neste ano, não passará de R\$40.000,00”. Isso é para V. Exa. ter ideia do que este governo está fazendo com a segurança pública no nosso estado. Parabéns pela retidão, por seu trabalho incansável em defesa da sua região.

O deputado Antonio Carlos Arantes* – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues, nosso grande parceiro que tem nos ajudado muito na segurança do nosso estado. Nas comissões nós vamos discutir a legislação ambiental. Podemos evoluir muito. Vamos discutir as taxas cartorárias, que se tornaram hoje difíceis até de ser discutidas. Uma certidão exigida para retirar financiamento no banco que custava R\$180,00, R\$200,00 custa hoje R\$2.000,00, R\$3.000,00. Algumas certidões passam de R\$20.000,00, R\$30.000,00. É o fim da picada, como a gente diz lá na roça. Vamos discutir fortemente esse assunto.

Vamos debater ainda a MG-050, que tem R\$500.000,00 a serem aplicados em obras nos Municípios de São Sebastião do Paraíso, Itaú de Minas, Pratápolis, Passos, Alpinópolis, Piumhi e em todo o lado.

Falta ao governador Pimentel fazer um aditivo, porque esse dinheiro não é do Estado. São fundos que são investidos por uma empresa hoje que tem capacidade de investimento e de buscar esses financiamentos. O dinheiro está à disposição, e o povo está morrendo, como aconteceu recentemente entre Itaú de Minas e a cidade de Passos. Morreram três pessoas, que poderiam estar vivas se houvesse melhores investimentos.

Vamos discutir, também, novamente, o trecho de Pimenta a Guapé, com 80% da estrada executada pelo governador Anastasia, mas com o resto parado. Uma estrada importantíssima que, inclusive, chega à cidade do Odair Cunha, secretário de Pimentel. Ele até hoje não tomou providências. A estrada está parada. Não é uma estradinha, não. É uma rodovia de ligação regional, importantíssima para o desenvolvimento da nossa região.

Vamos discutir ainda os repasses das santas casas, que continuam a cada dia menores, impedindo-as de atender até pelo SUS por falta de repasse do Estado. Vamos discutir na comissão que cuida do produtor, produtor que precisa de saúde, de educação, de segurança e de respeito do governo mineiro. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Emidinho Madeira – Boa tarde a todos os colegas. Cumprimento o Dalmo e todos os colegas e equipe da Assembleia.

Estou vindo aqui para fazer um agradecimento. No dia 24 passado, realizamos um evento do Mais Genética, um programa que criamos no ano passado no Instituto Federal, em Muzambinho. Agradeço ao governo a parceria, bem como à Secretaria de Agricultura. Gostaria de fazer um agradecimento especial à Emater, ao Instituto Federal, ao Grupo Cabo Verde, da cidade de Passos, na pessoa do Maurício. Agradeço ao Prof. Marcelo a palestra sobre alta genética e girolando.

Entregamos, no dia 24 agora, 73 botijões de sêmen para melhorar a genética do gado de toda a nossa região. Agradeço aos 43 prefeitos presentes no nosso encontro. Tivemos, ainda, 18 representantes, mais de 60 municípios e 560 pessoas. Esse programa é para melhorar a condição de vida do sitiante lá na roça. Antigamente, levar um boi para o abate demorava três, quatro anos. Hoje o gado é precoce. Temos de acompanhar a tecnologia e buscar o melhoramento genético.

Então, entregamos lá 73 botijões de sêmen, 7.300 doses de sêmen de quatro raças, entre elas gir, girolando e holandês. Vamos entregar mais. Já temos o registro de preço de mais 20 mil doses. É muito importante darmos condições melhores de vida para o produtor rural, que é quem carrega este país, o Estado e todos os municípios. Além de produzir e gerar emprego, todas as vezes em que precisamos socorrer uma Apae, um hospital ou uma igreja, na maioria das vezes, na campanha, é o produtor rural que sai na frente e sempre nos ajuda.

Gostaria também de agradecer a todos os prefeitos, bem como à Emater, que indicaram e buscaram, e nós também juntos, no ano inteiro, capacitar as pessoas. Entregamos, no último dia 24, 56 certificados, diplomas do curso de inseminação. Hoje já estamos inseminando o gado nessas 60 cidades. Esse programa Mais Genética, que criamos no ano passado, não é mais um sonho, já é realidade. Daqui a 31 dias, já haverá vaca parida que inseminamos no dia 1º de agosto do ano passado, quando levamos 350 doses de sêmen para começar esse programa do Mais Genética. Agora levamos 7.300 doses e vamos fornecer todo o equipamento: luva, bainha, pipeta, bem como uma moto para cada município inseminador. É o que precisamos fazer, e é por isso que estou aqui.

Vim da roça e da lavoura, portanto sei da importância do produtor rural e sei das dificuldades do setor. É por esse motivo que estamos investindo grande parte das nossas emendas nesse programa Mais Genética.

Assim, agradeço, mais uma vez, ao Instituto Federal, na pessoa do Prof. Luiz Carlos, bem como ao Prof. Carlos a parceria e por acreditarem no nosso mandato e nesse projeto. Muito obrigado, professor, todos palestrantes, Emater, secretário de Agricultura, governo de Minas por essa parceria e por acreditarem no nosso mandato. Muito obrigado.

O deputado André Quintão* – Presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, deputados, deputadas, realizamos na Assembleia Legislativa, na última sexta-feira, um evento, a pedido da Comissão Especial da Reforma Trabalhista da Câmara dos Deputados, com o objetivo de envolver a população mineira, os representantes sindicais, as lideranças sindicais e populares em um debate que está passando à margem da atenção da maioria da sociedade brasileira, que é a proposta de reforma trabalhista encaminhada pelo governo federal. Essa proposta está sendo analisada por uma comissão que pode ter no próprio âmbito da comissão especial um caráter terminativo, ou seja, ela sequer iria a plenário. Ao contrário da proposta de reforma da previdência, que exige o quórum de mudança constitucional, portanto um quórum mais alto, a reforma trabalhista poderia ser aprovada já na comissão ou, na melhor das hipóteses, no plenário com quórum simples, sendo assim, de mais fácil aprovação.

Ao acompanhar o debate realizado na Assembleia a pedido dos deputados federais Patrus Ananias e Leonardo Monteiro, em nome da comissão – quero agradecer ao presidente Adalclever Lopes, que teve a sensibilidade de propiciar a realização desse debate no Legislativo Estadual –, um princípio me chamou muito a atenção e talvez seja a maior maldade contida no projeto de reforma trabalhista. Aliás, muitos aqui, e eu concordo com eles, acharam melhor não tachar esse projeto de reforma trabalhista e, sim, de ataque contra a CLT, ataque contra os direitos do trabalhador, desmonte do arcabouço de proteção trabalhista tão duramente conquistado ao longo de décadas em nosso país. A proposta de reforma trabalhista se ancora no princípio de que o negociado, deputado Bonifácio Mourão, prevalece sobre o legislado. Ou seja, os direitos garantidos na Consolidação das Leis do Trabalho e em outras leis ficam submetidos, ficam anulados, caso ocorram acordos entre trabalhadores e patrões. Hoje a Constituição já permite e já prevê convenções e acordos coletivos, desde que sejam para melhorar as condições previstas em lei. A lei trabalhista é uma espécie de piso, de proteção básica, de mínimo garantido ao trabalhador, como jornada de trabalho e férias.

Para que quem acompanha a TV Assembleia possa ter ideia, a proposta de reforma trabalhista prevê que 13 pontos sejam negociados e seja deixado de lado o legislado. Ou seja, você pode desconhecer o que consta da legislação trabalhista em 13 pontos, e vou mencionar apenas alguns. Por exemplo, a jornada de trabalho. Pode-se negociar uma jornada de trabalho de até 12 horas por dia. Vejam bem, a grande proposta do movimento sindical, dos trabalhadores do mundo inteiro é a redução da jornada de trabalho. Essa é uma tendência civilizatória. Com a tecnologia, com o aumento das riquezas no mundo, com o aumento da produtividade, a tendência civilizatória seria que a humanidade se apropriasse de suas conquistas científicas e de produção para que sobrasse tempo livre para o

cidadão conviver com a família, dedicar-se ao lazer, às atividades culturais, ao descanso; para que ele tivesse saúde física e mental mais adequadas.

Pois bem, estamos indo na contramão, rasgando a previsão da jornada trabalhista e permitindo, em um mero acordo, que ela chegue a 12 horas. Alguns poderiam dizer que tem de haver o acordo. Imaginem, neste momento de desemprego – quase 12 milhões de brasileiros estão desempregados –, de recessão, colocar como se estivessem em pé de igualdade o empregador e o desempregado ou aquele que busca o emprego. É lógico que prevalece a lei do mais forte.

Mas não para na jornada trabalhista. Outro ponto liberado para acordo foi a questão das férias, que poderiam ser parceladas em até três vezes – o pagamento e o período de férias. Imagino uma trabalhadora e um trabalhador que tem filhas e filhos na escola, que tem o régio, o sagrado mês de recesso escolar. O patrão fala: “Não vou lhe dar suas férias, você vai ter só 1/3 de férias agora”. Isso para ficar num pequeno exemplo. O horário de almoço de 1 hora a proposta prevê que pode cair para 30 minutos. E por aí vai.

São 13 pontos; estou falando de 3 pontos que o cidadão entende. Jornada de trabalho: hoje você trabalha 8 horas e vai poder trabalhar 12 horas por dia. Você tem 1 hora de almoço, você terá 30 minutos. Você tira férias, e o patrão vai poder parcelá-la em três vezes, assim como o recurso. Isso consta da proposta de reforma trabalhista que pode ser aprovada em caráter terminativo no Congresso Nacional.

Paralelamente, o governo aprovou, a toque de caixa, a Lei da Terceirização. Hoje existe um prazo máximo de contrato temporário, que poderá pular de três meses para oito, de acordo com a reforma trabalhista.

A liberação da terceirização da chamada atividade-fim. Para quem acompanha a TV Assembleia, a terceirização já existe, mas para atividades complementares, para atividades-meio. Então, por exemplo, às vezes, numa fábrica, há o serviço de manutenção, de limpeza, de vigilância, de cozinha terceirizados. Mas a linha de produção não é.

Hoje, com esta lei, está tudo liberado, é o liberou geral. A terceirização significa precarização, porque as relações são mais instáveis, mais flexíveis. No caso de quem contrata uma empresa terceirizada, da forma como a Câmara dos Deputados aprovou, se o trabalhador levar um cano da empresa terceirizada, quem contratou essa empresa não terá mais a responsabilidade compartilhada, solidária. Assim, o trabalhador precisa resolver a questão diretamente com a empresa que o contratou. Sabemos a situação que, infelizmente, rege, muitas vezes, a relação dessas empresas, até com o poder público. A empresa contrata, não cumpre o acordo trabalhista com seus empregados, quebra, e depois abre outra empresa que vai firmar um novo contrato com uma nova instituição pública. Isso, infelizmente, é muito comum.

Então, temos, de um lado, a conjugação de desemprego e de dificuldade de acesso ao mercado de trabalho; por outro, o desmonte da legislação trabalhista e a terceirização. Se a sociedade brasileira não reagir, neste momento, a consequência será nefasta. Temos direitos adquiridos no século passado. Estamos falando da Era Vargas. Estamos falando da rede de proteção trabalhista e previdenciária em nosso país, que está sendo desmontada, rasgada a toque de caixa por um governo ilegítimo, que não obteve o voto popular para promover essas reformas que, na prática, são verdadeiros desmontes. Então, subjacente a essa reforma, está a desconstrução de uma rede de proteção ao trabalhador e à trabalhadora brasileira. Não podemos admitir essa desconstrução, neste momento, da sociedade brasileira. Há algo mais vinculado à existência do que a limitação da jornada de trabalho? As maiores movimentações, greves, lutas, mortes ocorreram em defesa da jornada de trabalho. A limitação da jornada de trabalho é um direito inalienável, mas esse direito está sendo atacado, porque na proposta da reforma trabalhista, repito aqui – muita gente ainda não tem essa informação – o negociado vai prevalecer sobre o legislado. O pior é que atacam a estrutura sindical, ao deixarem em aberto a perspectiva de negociação em termos genéricos.

Há expressões como “a vontade coletiva pode suplantam a legislação existente”. Qual vontade coletiva? De trabalhadores chantageados com a possibilidade de aviso prévio, de demissão, de terceirização? Essa é uma regra básica. As leis existem exatamente para permitir maior equilíbrio entre os interesses e as relações na sociedade. Para isso é que existem a lei e o Estado. Então, se você

quebra a espinha dorsal da natureza e da intencionalidade da lei, que é proteger o mais fraco do mais forte e buscar harmonizar interesses, numa sociedade em recessão e com desemprego, você libera a terceirização de maneira generalizada e, por outro lado, desconstrói a rede de leis trabalhistas, colocando o trabalhador e a trabalhadora absolutamente desprotegidos diante de um mercado cada vez mais voraz, global, e que precisa se reorganizar nessa economia, levando em conta interesses particulares e não coletivos.

Portanto, a Assembleia fez a sua parte, realizou o debate da reforma trabalhista, e espero que a população de Minas Gerais acompanhe esse processo no âmbito da comissão especial. Tomara que vá a plenário, porque pode ser aprovada já na comissão especial, sem sequer ir a plenário. E que cobremos dos nossos representantes uma postura firme. O que está em jogo com a proposta de reforma trabalhista são direitos sagrados conquistados pela classe trabalhadora brasileira. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Bonifácio Mourão* – Sr. Presidente, deputadas e deputados, temos em mãos a publicação sobre a notificação que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais fez ao governador Fernando Pimentel para a recomposição dos fundos dos alvarás judiciais. Isso foi feito no dia 23, e é uma das várias ações do tribunal para equacionar a questão entre o Estado de Minas Gerais e o Banco do Brasil. O Tribunal de Justiça ainda informa que encaminhou a questão ao conhecimento do Ministério Público Estadual para as providências cabíveis. A OAB, no ano passado, se omitiu completamente, sob a presidência daquela época, não sob a atual presidência. Nós, da Minoria, da oposição, fizemos o que estava ao nosso alcance para impedir a aprovação da lei que proporcionou ao governador rapar o tacho, fazendo o confisco dos depósitos judiciais. Mesmo assim, o projeto de lei foi aprovado aqui e virou a Lei nº 20.721, que causou essa situação absolutamente complicada, em que as pessoas que demandam na Justiça e ganham as suas ações vão ao banco e não encontram o dinheiro. Inclusive a mãe de família que ganha uma ação contra a pessoa que deixou de pagar a pensão alimentícia para seus filhos que estão em idade escolar, que precisam de remédio e roupas, enfim, até essa mãe que ganha a ação e vai ao banco não encontra o dinheiro porque o governo do Estado passou a mão nele.

Nós falamos, gritamos, protestamos e insistimos que isso não poderia acontecer, mas aconteceu, e a Assembleia, por maioria, a base de governo, aprovou essa lei. Para aquelas pessoas que não acompanharam, é bom recordar. Trata-se de um projeto de lei proposto pelo governador. Havia R\$8.000.000.000,00 em depósitos judiciais no Banco do Brasil, até que a parte que ganhasse a causa recebesse do juiz o alvará autorizando a retirada do dinheiro. O governador aproveitou e tirou esse dinheiro, coisa que o governo não poderia fazer em hipótese nenhuma, porque o governo não era parte. Se fosse parte, ainda seria complicado. Mas o governo não era parte. Se A está demandando contra B, se Joaquim está demandando contra Maria, ou Maria está demandando contra Antônio, o governo não pode ir lá no banco e pegar aquele depósito judicial, que pertence a quem está esperando para ganhar a demanda. Mas, se o governo tira o dinheiro, na hora em que Maria ganha a demanda contra Antônio, não encontra o dinheiro no banco porque o governo Pimentel pegou o dinheiro.

À época, falamos reiteradas vezes que jamais poderia ser aprovado um projeto de lei daquela natureza e citamos inúmeras decisões judiciais e os ensinamentos da ministra Cármen Lúcia, hoje presidente da instância máxima da Justiça no País, que é o Supremo Tribunal Federal. À época, a ministra Cármen Lúcia questionou se já haviam consultado as partes e se elas concordavam que o governo pegasse esse dinheiro. A resposta é que não consultaram. Agora, qual é a consequência? A consequência é que a OAB-MG já recebeu, segundo informa a própria OAB e como está divulgado nos jornais do Estado, cerca de setecentas notificações, nas quais os advogados das partes reclamam que levam a ordem judicial – isto é, o alvará – determinando que o Banco do Brasil libere o depósito para a parte vencedora da demanda, mas o banco alega que não pode fazê-lo porque o Estado, por meio do governo Fernando Pimentel, pegou o dinheiro. Então, está acontecendo desobediência por parte do banco, que não cumpre a ordem judicial de liberar o dinheiro, alegando que não o faz porque o governo rapou o tacho, tirou tudo o que estava no fundo.

Agora, deputado Dalmo Ribeiro Silva, que é um brilhante advogado, impõe-se a questão: poderia, então, o juiz prender o gerente do Banco do Brasil por ter descumprido uma ordem judicial? A meu ver, não, porque não há dolo por parte do gerente. Para

haver crime, tem de haver dolo ou culpa. Nesse caso, não se trata de culpa, que implicaria imprudência, negligência ou imperícia, mas também não há dolo, porque não há dinheiro no fundo. O gerente diz apenas que não tem condições de pagar porque o Estado retirou o dinheiro. Então, não há dolo de sua parte. Nesse caso, o que o juiz pode fazer? No momento, nada. Nada! Ele não pode prender o gerente nem liberar o dinheiro, já que o Estado passou a mão nele. O pior, deputado João Leite, é que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais também assinou esse contrato.

Tenho em mãos uma cópia do contrato que entre si celebram o Banco do Brasil e o Estado, com a participação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Não culpo todos os desembargadores do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais porque parte considerável deles foi contra, por entender que isso não podia ser feito. E não podia mesmo, até porque agora o tribunal ficou em uma situação difícil: o juiz dá a ordem e o banco não cumpre, mas depois o juiz percebe que o tribunal foi parte do processo, que o tribunal, por sua representação, concordou que se fizesse isso, que o Estado retirasse R\$5.000.000.000,00 de um total de R\$8.000.000.000,00. Eu, que advoguei durante 20 anos, fico pensando no que vai fazer agora a parte vencedora, que espera receber o resultado da sua vitória: ela vai em cima do advogado. “E aí, doutor? Ganhei a causa. Onde está o meu dinheiro?” E o advogado fica em uma situação extremamente difícil. Como ele vai explicar que, com ordem judicial e tudo certo, a pessoa não consegue receber ao chegar no banco?

No ano passado, encaminhamos para a direção da OAB um ofício, assinado pelos deputados da bancada da oposição, solicitando que a OAB viesse aqui conhecer a situação, porque iria acontecer exatamente o que está acontecendo hoje. Mas a direção da OAB à época se omitiu completamente. Estou falando da minha ordem. Sou advogado, inscrito na Ordem dos Advogados de Minas Gerais, mas, infelizmente, tenho de dizer que convocamos, pedimos, e a resposta que recebemos foi a omissão. Mandamos um ofício incisivo, de certa forma até agressivo, para que a OAB tomasse alguma providência, mas ela se omitiu. Eu, deputado Antônio Jorge, mandei uma carta para todos os advogados da 43ª Subseção, sediada em Governador Valadares, para que todos os advogados tomassem conhecimento do caso. Parece que estávamos adivinhando o que está acontecendo hoje.

Agora, vejam V. Exas. o que fala este contrato assinado entre o governo do Estado, o Banco do Brasil e o Tribunal de Justiça.

Na cláusula sétima, § 3º, diz-se o seguinte: “Na hipótese de insuficiência de saldo no fundo de reserva para honrar a restituição ou pagamento dos mandados judiciais, o banco notificará a autoridade expedidora da ordem de liberação do depósito, informando a composição detalhada dos valores liberados, sua atualização monetária, a parcela efetivamente disponibilizada em favor do depositante e o valor a ser pago após a recomposição do saldo pelo Estado. O banco somente liberará o valor restante ao depositante após o Estado efetuar a recomposição do saldo do fundo de reserva”.

Vem o § 4º e diz o seguinte: “Na hipótese prevista no parágrafo terceiro desta cláusula, o Estado deverá disponibilizar ao fundo de reserva em até 48 horas, a partir do recebimento da comunicação do fato pelo banco, a quantia necessária para honrar a devolução ou pagamento do depósito judicial”.

Essa quantia, ou melhor, esse fundo é no valor de R\$2.400.000.000,00. Por que isso? Porque são 30% do valor total – e está aqui no contrato. O valor total era de R\$8.000.000.000,00. Então, 30% sobre R\$8.000.000.000,00 são R\$2.400.000.000,00. Vai ao banco para ver se tem o dinheiro? Não tem nenhum trocado, nada, não existe. Agora o banco alega uma coisa, e o Estado, outra. É a briga do rochedo com o mar. Quem leva desvantagem é o marisco. O pobre coitado que ganhou a demanda lê aquilo, banco brigando com o Estado e vice-versa, e não recebe os seus direitos, a satisfação dos seus direitos decididos judicialmente e em sentença com trânsito em julgado. Então, para que ele vai recorrer mais? Onde está a garantia para a sociedade, que o Judiciário precisa dar? E o Executivo que precisa assegurar os direitos? Onde está a segurança da pessoa de procurar a Justiça para assegurar seus direitos se, ao conseguir a vitória, mesmo na instância final, não consegue receber?

Então, estamos aqui repetindo aquilo que argumentamos tanto na época, mas malhamos em ferro frio. Não adiantou. Houve uma decisão política e as consequências estão aí. E isso, deputado Dalmo Ribeiro Silva, gera desgaste para esta Casa, ou melhor, para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que não pode, em hipótese alguma, votar leis dessa natureza. Estamos na Casa do Legislativo, no Poder Legislativo de Minas Gerais. Até quando continuaremos votando legislações erradas e injustas dessa forma? A meu ver, não tem a menor sustentação.

Vi ontem um deputado do PT lendo uma nota do governo do Estado jogando a culpa no Banco do Brasil. Aqui estamos mostrando que o Banco do Brasil, se tem culpa, não sabemos qual. Mas tenha culpa quem tiver, o pobre coitado do marisco é que está levando desvantagem. O vitorioso, seja autor ou réu, não recebe.

Aonde chegou esse governo? Conforme já sabemos, deputado João Leite, esse governo vai atrasar, de novo, o salário dos servidores. Quer dizer, o salário dos servidores já está escalonado de novo, e eles começarão a receber no dia 12 de abril, por aí. De acordo com aquele escalonamento anterior, já vem a história de novo. E mais, suspendeu-se o concurso público em Minas Gerais. Por quê? Porque o Estado já está gastando 49,29% da sua receita líquida e a LRF permite até 49%, esse é o limite. Enquanto isso o governo do Estado, em janeiro, nomeou mais de 1.800 servidores em cargos de sua confiança. É o que está acontecendo.

Não quero terminar as minhas palavras, feitas essas considerações, sem lembrar a situação grave que está acontecendo em nossa região. Em Governador Valadares, a situação por causa da *chikungunya* e da dengue é extremamente grave.

Já há suspeita de morte em razão da *chikungunya* – é muita gente, centenas e centenas de pessoas com esse problema –, e também da febre amarela, deputado Doutor Jean Freire, cujo problema foi objeto de requerimento de V. Exa. na Comissão de Saúde. A situação é grave no que se refere à *chikungunya* e à dengue em nossa região do Vale do Rio Doce, particularmente no Município de Governador Valadares. Falamos isso para alertar as autoridades do Estado de Minas Gerais nesse sentido. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Cumprimento o deputado Dalmo Ribeiro Silva, presidente desta reunião, e os telespectadores da TV Assembleia. Gostaria de saudar também o cidadão e a cidadã que acompanham esta reunião da Assembleia Legislativa.

Ainda no tema trazido pelo deputado Bonifácio Mourão, nosso professor, queria dizer, deputados Mário Henrique Caixa, Antônio Jorge e Bonifácio Mourão, que hoje o cargo de maior risco em Minas Gerais é ser gerente do Banco do Brasil, que atende a mãe com o filho incapaz, que precisa receber o dinheiro que teria de estar depositado lá, e a mulher para receber a pensão alimentícia, depois de tanto tempo esperando a decisão da Justiça. Ao chegar lá, constata que não tem o dinheiro, ela volta ao juiz e lhe pede a prisão do gerente do Banco do Brasil. Por isso, atualmente essa é a atividade de maior risco em Minas Gerais. Toda a imprensa fala sobre isso hoje. É interessante que, no tempo em que votamos isso, não havia nenhuma repercussão. Só que agora as pessoas estão nas rádios, nos jornais e na TV clamando por justiça. Justiça que não acontecerá, se não houver uma pressão muito grande. Venham para a Assembleia Legislativa, cobrem dos deputados.

Saiu daqui a autorização para meter a mão em R\$5.000.000.000,00. Que recomposição de fundo, que nada! Tem de devolver R\$5.000.000.000,00, Sr. Pimentel, com os juros, com a recomposição desse dinheiro. É dinheiro sagrado, Prof. Pedro Chagas, que pertence ao incapaz, à mulher vítima de abandono e que cria seus filhos. Conhecemos essa história. O Prof. Mourão, como advogado, sabe bem o que é isso.

Mas quero voltar a um tema de que tratei ontem: a Usiminas. É interessante que falamos ontem das dificuldades da Usiminas e hoje amanhecemos com uma publicação nos jornais sobre a Techint e a Ternium. Estou querendo descobrir o que é Techint e Ternium, se a Techint é essa empresa considerada agora inidônea pelo Tribunal de Contas da União. Ela é dona da Ternium? Os argentinos e os italianos são os donos? Ela foi considerada inidônea pelo Tribunal de Contas da União e hoje fez publicar anúncio em nossos principais jornais. Uma das publicações custa R\$54.000,00. A publicação deste jornal custou R\$18.000,00. Dinheiro de

quem, Techint? Ternium, dinheiro de quem? Do trabalhador, da trabalhadora, dinheiro de Minas Gerais. Qual é o projeto dessa empresa para Minas Gerais?

Falamos ontem que a Usiminas é a maior pagadora de impostos de Minas Gerais, e não há uma palavra do Sr. Pimentel, não há nenhuma palavra do governo de Minas. Na verdade, há uma palavra, não é, Prof. Sabino Fleury? Acabaram com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico no Estado de Minas Gerais. Ou seja, não temos mais Secretaria de Desenvolvimento Econômico em Minas Gerais. Abandonaram.

Então, qual é o projeto da Techint e Ternium em Minas Gerais?

O que ela quer? Porque acaba de comprar a FCA. É uma siderúrgica instalada no Rio de Janeiro. Ela vai concorrer com a Usiminas? Ela vai matar a Usiminas? Porque vivemos 13 anos de governo do PT, e a BR-381, que faz a comercialização, a saída do aço, do material, das bobinas da Usiminas, permanece a mesma estrada de quando um caminhão carregava 7t. Hoje uma carreta leva mais de 40t, mas a estrada é a mesma que JK fez. Ela está lá. O PT, por 13 anos, viu aquilo ali. Agora, sob o olhar complacente do governo Pimentel, o que estamos vendo? O desmonte da Usiminas. Quem é a Techint-Ternium? Queremos saber. Sabemos quem é a Nippon. Veio para Minas Gerais, investiu em Ipatinga, no Vale do Aço, criou empregos, gerou pesquisadores. Investiu no social no Vale do Aço, investiu no esporte no Vale do Aço. Mas quem é a Techint-Ternium? Ela é dona da Usiminas e dona da FCA no Rio de Janeiro? Quer ser dona da Usimec, padrão nacional e internacional de estrutura. E a Techint-Ternium tem a Confab. A Confab, que está em São Paulo, compete com a Usimec. Como pode? Eu queria entender. Onde está o governo de Minas para arbitrar, para entrar em campo? Como pode a Usimec perder os pedidos para a Confab de São Paulo? E nós perdemos os impostos da Usimec, perdemos os impostos da Usiminas. Essas coisas não me impressionam.

Colocam no jornal. Mas o que é impressionante nessa nota do jornal é que a Techint-Ternium quer acabar com a reputação de um homem de bem, Dr. Rômel Erwin de Souza, trabalhador, funcionário de carreira da Usiminas. Um homem respeitado, um técnico respeitadíssimo. E eles vêm dizer que ele cometeu erros. Esse é um homem que conhecemos em Minas Gerais. Quem é que vocês querem que cuide do mando da Usiminas? Não conhecemos. O Dr. Rômel, Minas Gerais conhece, sabe da carreira dele na Usiminas. Tem capacitação, ocupou cargos na Usiminas, é respeitado pelos funcionários, respeitado pelo Vale do Aço, por Minas Gerais. Ele esteve em grandes mesas fazendo entendimentos que favoreciam o Estado de Minas Gerais.

A Nippon, os japoneses têm colocado... historicamente os acionistas se dividiram. Uma parte dos acionistas tinha o controle do conselho, a presidência do Conselho da Usiminas; os outros acionistas tinham a presidência da Usiminas. É isso que eles querem. Agora vem a Techint-Ternium acabar com a reputação de um homem de bem, um mineiro dos melhores que há. É uma história bonita a do Dr. Rômel Erwin de Souza. Não aceitamos que pessoas venham de fora e tentem destruir a reputação, a imagem de pessoas que já fizeram tanto por Minas Gerais. Temos que conviver com isso agora. A Techint escolheu outro presidente, e as razões que eles colocam para a presidência do conselho e para os outros conselheiros... É interessante que há a representação dos minoritários.

Deputado Dilzon Melo, que domina esse tema bem, e deputado Antônio Jorge, imaginem que, entre os minoritários, está a CSN. Eu queria entender como o Cade permitiu que a CSN tivesse assento no Conselho da Usiminas.

A CSN compete com a Usiminas. Só que a CSN é no Rio de Janeiro, paga imposto ao Estado do Rio de Janeiro. E os conselheiros representantes da CSN assentam-se no conselho da Usiminas para discutir a estratégia da Usiminas. Pasmem! É gol contra o tempo todo. Digo sempre que, na minha carreira de atleta, tinha, claro, preocupação com o chute dos adversários contra o meu gol. Mas o meu maior medo era do gol contra. Você nunca espera que o cara do seu time vá chutar contra o seu gol. Pois na mesa do conselho da Usiminas está a CSN. Agora a Techint-Ternium quer colocar na mesa do conselho da Usiminas a FCA, que é também do Rio de Janeiro. Quer colocar também a Confab, que disputa mercado com a Usimec. Cadê os líderes de Minas Gerais? Cadê o governo de Minas Gerais para gritar por uma empresa mineira que investe no Estado, gera empregos, riquezas e tem excelência. Cadê o governo de Minas Gerais? Onde o imposto está sendo pago? No Rio de Janeiro.

E temos de assistir ainda à destruição da reputação de um homem de bem, à destruição da reputação de uma empresa mineira. Quem é a Techint-Terniun? Quem são vocês? Coloquem tudo às claras para nós. Vocês são donos da FCA, competem com a Usiminas e o dinheiro vai para o Rio de Janeiro. Vocês têm a Confab, que compete com a Usimec e permitiram a entrada da CSN, do Sr. Benjamin Steinbruch, que não tem, absolutamente, nada em Minas Gerais, está toda no Rio de Janeiro. E vamos aceitar isso calados?! Não aceito. Não adianta nota no jornal. Isto aqui não vai amedrontar deputado nenhum do Parlamento mineiro. O Parlamento de Minas Gerais tem de se levantar contra isso. É uma coisa inaceitável o que está acontecendo em Minas.

Recentemente, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais se manifestou sobre essa matéria. A desembargadora Mariza Porto fez a coisa correta, restituiu o Sr. Rômel Erwin de Souza à presidência da Usiminas. O que fez a Techint-Terniun? A Techint-Terniun juntou o conselho da Usiminas para retirar o Sr. Rômel Erwin de Souza e colocar alguém da Techint-Terniun. Isso é inaceitável. Eles não respeitam uma decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Os ítalo-argentinos não respeitam o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Senhores, senhoras da Techint-Terniun, existe uma decisão de uma desembargadora do Estado de Minas Gerais, respeitem-na. Maio está chegando e vem uma decisão definitiva do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Queremos a Usiminas de volta para o nosso estado. Não aceitamos repartir a Usiminas. Não aceitamos uma empresa dentro da Usiminas, destruindo a Usimec, destruindo a Usiminas, levando contratos, levando dinheiro, levando impostos para outros estados e outros países.

Vimos o esforço do presidente. Acompanhamos o presidente Rômel Erwin de Souza para o aporte do recurso da Musa – Mineração Usiminas. Foram colocados R\$700.000.000,00 de capital na Usiminas. É isso que incomodou a Techint-Terniun, esse entendimento realizado e a competência do Dr. Rômel?

Também foi colocado mais de R\$1.000.000.000,00 pela Nippon. Esse foi o recurso colocado pela Nippon no capital da Usiminas. Quanto a Techint-Terniun colocou?

Passamos por uma grande crise, e o nosso presidente, o presidente da Usiminas, da Usiminas, Usiminas, Usinas Minas Gerais, de nosso estado... Está lá o carimbo da Usiminas de nosso estado, Minas Gerais. Quanto a Techint Terniun colocou?

Queria um esclarecimento. Talvez eles gastem mais R\$54.000,00, deputado Sargento Rodrigues?... Foram R\$54.000,00 numa nota nos jornais e R\$18.000,00 em outra. Talvez a Techint Terniun explique quem são eles. Essa Techint é a que foi denunciada agora e que o Tribunal de Contas da União considerou inidônea? É essa que está pagando para destruir a imagem de mineiros nos jornais de Minas Gerais?

Nós não aceitamos. Estarei aqui vigilante. Estou acompanhando tudo e espero que essa empresa, pelo menos, respeite uma decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Vamos estar atentos e vamos buscar mais apoio de deputados. Sei que o deputado Sargento Rodrigues não mede esforços para defender nosso estado. Vamos nos juntar para defender o Estado de Minas Gerais, aqueles que geram empregos aqui, aqueles que geram riquezas aqui, aqueles que pagam impostos em Minas Gerais. Esse é o nosso papel. Não aceitaremos mais o que o PT fez: levar a Fiat para Recife, levar a fábrica de acrílicos para Salvador. Não aceitaremos que a Techint Terniun mande em Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente Dalmo Ribeiro, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, deputado Dilzon Melo, queria lhe trazer a notícia de que acabamos de aprovar neste momento um requerimento muito importante na Comissão de Administração Pública, porque 157 mil servidores públicos do Estado estão recebendo salário parcelado em três vezes. O anúncio do governador do Estado, Fernando Pimentel, em janeiro de 2016, foi de que isso duraria no máximo até maio daquele ano, e já são 13 meses de parcelamento.

Agora acabamos de aprovar na Comissão de Administração Pública a convocação do secretário de Estado da Fazenda. A convocação contou com o voto de todos os deputados dessa comissão. O secretário precisa vir aqui, deputado Antônio Jorge, nos

explicar as receitas e as despesas do Estado, porque o caixa único do Estado sempre foi o famoso buraco negro, e não conhecemos essas finanças. Por outro lado, deputado João Leite, podemos abordar o secretário sobre o fundo dos depósitos judiciais, perguntando-lhe por que o Estado não os está repassando para fazer a reserva.

Então quero dizer da nossa alegria de ter aprovado esse requerimento e dar a notícia aos 157 mil servidores públicos do Estado de Minas Gerais, dizendo-lhes que devem comparecer à audiência pública, porque, nessa audiência, o Sr. José Afonso Bicalho, o mesmo secretário que ganha R\$62.000,00 por mês, estará convocado e vai prestar os esclarecimentos. Segundo o presidente da comissão, o deputado João Magalhães, ele marcará imediatamente essa audiência pública. O secretário deve saber que uma convocação feita pelos membros da comissão deve ser atendida imediatamente.

Então estamos esperando, deputado João Leite, com certa ansiedade, que o secretário venha aqui prestar os devidos esclarecimentos, pois 157 mil servidores estão recebendo salário parcelado há 13 meses, coincidentemente há 13 meses – 13, esse número cabalístico que veio impor em Minas Gerais uma nuvem negra.

O deputado João Leite (em aparte)* – Deputado Sargento Rodrigues, V. Exa. se destaca, talvez, como o maior defensor do servidor público, da servidora pública do Estado de Minas Gerais, e queremos parabenizá-lo pela aprovação desse requerimento, um requerimento importante, em que V. Exa. fala com a servidora e com o servidor.

Agora, teremos a palavra do secretário da Fazenda, especialmente, e V. Exa. representa aqui nossos policiais, nossos bombeiros e nossos agentes penitenciários, todos com jornadas exaustivas, perigosas e recebendo parceladamente. É, realmente, uma situação dramática no Estado de Minas Gerais. A gente poderia até entender se realmente víssemos um governo austero, um governo que primasse pelo cuidado com o dinheiro público, mas não é essa a realidade.

Acabo de usar esta tribuna para falar do desleixo com as empresas mineiras, desleixo com a Usiminas. O governo não está nem aí. Ela é a maior pagadora de impostos de Minas Gerais. Estou acompanhando agora a queda de pagamento de impostos da Usiminas, com essa briga, com esse imbróglie. É isto que o governo faz: acaba com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Mais grave que essa situação é o secretário que determina o parcelamento ganhar R\$60.000,00 por mês. Explique para o soldado que está na rua que ele tirou o direito à alimentação. Esse profissional fica 24 horas na rua, enfrentando criminoso.

Eu queria falar mais, mas não quero tomar seu tempo. Parabéns. V. Exa. se destaca como o maior defensor do servidor público do Estado de Minas Gerais. Parabéns. A admiração cresce cada vez mais.

O deputado Sargento Rodrigues* – Agradeço ao ilustre deputado João Leite. Essa admiração e esse respeito são recíprocos. Sei que V. Exa. é um deputado sério, honrado, trabalhador, defensor das bandeiras e é daqueles a quem foi confiado o voto por seis vezes no Parlamento estadual.

Eu queria aproveitar parte da fala de V. Exa., porque ela é muito importante. V. Exa. disse que o governo chegou aqui em janeiro de 2015 dizendo que tinha um déficit de R\$7.000.000.000,00, e repetiram e repetiram a mentira mil vezes até ela, aparentemente, virar verdade. No entanto, no dia 6 de janeiro, o governador estava na cadeira de governador e mandou um projeto para esta Casa, criou três secretarias e centenas de cargos comissionados. Um ano depois, deputado João Leite, continuou a mesma ladainha. Eles diziam que o Estado estava quebrado, devendo R\$7.000.000.000,00, e o governo falou de uma reforma administrativa e criou mais três secretarias.

Um governo que prega por meio dos veículos de comunicação de massa que está quebrado e que aprova seis secretarias e centenas de cargos comissionados não é sério, não faz uma administração séria. Portanto, peço ao nosso fotógrafo da Assembleia para tirar uma fotografia deste requerimento, que vamos postar na nossa página principal. É um requerimento que foi aprovado convocando o secretário de Estado da Fazenda, José Afonso Bicalho, para a Comissão de Administração Pública, para que ele venha prestar os devidos esclarecimentos, para que ele venha dizer quais são as receitas do Estado, quais são as fontes e para que ele mostre

esses dados de forma clara, objetiva e diga por que os salários de 157 mil servidores estão parcelados. É uma vergonha. O deputado João Leite lembrou aqui muito bem: “O secretário que acabamos de convocar na Comissão de Administração Pública”.

E aqui, deputado Coronel Piccinini, passo a informação de primeiríssima mão: acabamos de convocar o secretário da Fazenda, José Afonso Bicalho, para prestar esclarecimentos sobre o parcelamento dos salários. Então todos nós teremos a oportunidade.

Deputado João Leite, o deputado João Magalhães acabou de afirmar a este deputado que marcará imediatamente a data da convocação. Nesse dia nós vamos trazer os servidores públicos, principalmente da área de segurança pública, para certificarem a fala do secretário. O deputado João Leite lembrou muito bem que o secretário recebe R\$62.000,00 por mês. Apenas de jetom da Codemig, da Copasa, da Cemig, ele recebe R\$40.000,00. E isso só por fazer parte de conselhos. O cidadão que nos acompanha nas galerias fica pensando: que trabalho é esse? Ele vai lá, participa do conselho dessas empresas estatais e recebe R\$40.000,00. Enquanto isso, um policial militar, civil, bombeiro militar, agente de segurança penitenciário, que recebe R\$4.098,00 por mês, enfim, esses servidores têm seus salários parcelados de duas vezes. Quem ganha acima de R\$3.000,00 está recebendo de duas vezes. Eles quebram pedra trabalhando, com o efetivo reduzido e uma sobrecarga cada vez maior. Os servidores da Fazenda Pública também têm seus salários parcelados. E não apenas o secretário José Afonso Bicalho, mas os secretários Helvécio Magalhães e Marco Antônio também recebem R\$62.000,00 por mês. Isso é uma vergonha! O secretário José Afonso Bicalho terá a oportunidade de esclarecer para todos nós aqui quais são as receitas e as perspectivas, para sabermos o que temos realmente. Infelizmente, deputado Antônio Jorge, o que conhecemos são apenas as notas do governo. Nós, deputados estaduais, que temos o poder de fiscalizar e exercer o controle, não sabemos, de forma detalhada, quais são as fontes de receitas, quanto entra por mês, quais são as despesas. Deputado João Leite, aproveitaremos a oportunidade para perguntar sobre os gastos com os cargos comissionados do Estado, aqueles de livre nomeação do governador. Já que ele é secretário de Fazenda, tem de saber! Há muita gente, muitos companheiros, muitas companheiras do PT que perderam as eleições em outros municípios e Estados e baixaram aqui. A companheirada do Brasil inteiro está abrigada aqui em Minas Gerais. Há pessoas na Codemig, na Cemig e na Copasa. O critério, deputados João Leite e Antônio Jorge, não é o currículo, não é a formação acadêmica, não é a *expertise*, e sim o tempo pelo qual a pessoa carrega a bandeira do PT. Se ela faz isso há 10 anos, seu salário será de R\$10.000,00. Se são 20 anos, é militante de carteirinha, terá um salário de R\$20.000,00. É assim! Os servidores de carreira, as pessoas que poderiam ser aproveitadas, que foram à faculdade, fizeram graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado ou pós-doutorado não têm valor. O valor é baseado no tempo de militância partidária do PT, para se receberem altos salários.

Alguns servidores de carreira da Cemig – e eu conheço alguns superintendentes desde a época do governo Itamar Franco – dizem que a situação está dando vergonha. Eles chegam em determinadas salas e não sabem de onde saiu tanta gente. São cargos de R\$5.000,00, R\$10.000,00, R\$15.000,00, R\$20.000,00. É tudo companheirada do PT.

Portanto, o senhor secretário de Estado de Fazenda, José Afonso Bicalho, terá uma ótima oportunidade para nos dar esclarecimentos, aqui e na Comissão de Segurança Pública.

Vamos convidar os servidores públicos de Minas Gerais, principalmente os 157 mil que estão com os salários parcelados, para vir aqui ouvir as explicações do secretário José Afonso Bicalho.

Posso dizer a V. Exa., deputado João Leite, que já não vejo a hora de essa audiência ser marcada e estarmos *tête-à-tête* com o secretário, fazendo-lhe perguntas. Ele pode ficar tranquilo, que será muito bem recebido, de forma muito educada, mas seremos firmes na cobrança que faremos a ele. Queremos saber quais são as perspectivas, porque o governador não fala com a imprensa sobre esse assunto, solta nota oficial.

Vi aqui um deputado do PT, que hoje é o 1º-secretário, nesta mesma tribuna dizendo que a oposição estava fazendo terrorismo, que não haveria parcelamento, que não seria parcelado o 13º salário. Estamos com um ano e um mês de parcelamento. Por falar nisso, não sei se pagaram a última parcela do 13º, que estava prevista para o dia 24. Nesse dia mesmo, não pagaram. A última

parcela do 13º é para agora, em março. Que pena essa nuvem negra que se abateu sobre a cabeça dos servidores públicos. Fico aqui indignado por ter um governo tão incompetente do ponto de vista da gestão pública, sem falar da questão da probidade, porque sobre esta nem é preciso tecer comentários. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 3/4/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Katia Geralda Pascoal Fonseca, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tadeu Martins Leite;

exonerando, a partir de 1/4/2017, Maria Aparecida de Almeida, padrão VL-37, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Inácio Franco;

exonerando, a partir de 1/4/2017, Meire de Cacia Silva, padrão VL-45, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Inácio Franco;

nomeando Arguinel Paixão Souza Pinto, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Elisângela Afonso Pereira, padrão VL-51, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tadeu Martins Leite;

nomeando Guilherme Cardoso Celestino Filho, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tadeu Martins Leite;

nomeando João Batista Marques, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tito Torres;

nomeando Katia Geralda Pascoal Fonseca, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Marcos Fernando Ferreira Martins, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Vitor Donizete Luciano, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Geisa Teixeira.

**ERRATAS****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 29/3/2017, na pág. 20, onde se lê:

“Danielli de Faria Costa”, leia-se:

“Danielle de Faria Costa”.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 278/2015

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 30/3/2017, na pág. 44, após a conclusão e antes das assinaturas, acrescente-se:

“Sala das Comissões, 28 de março de 2017.”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 1º/4/2017, na pág. 68, onde se lê:

“Gesselia Ermimia Costa Aleixo”, leia-se:

“Gessélia Erminia Costa Aleixo”.